



PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DO ALVA E MONDEGO

SUMÁRIO EXECUTIVO



Setembro de 2023

XXI

Ficha Técnica

| | |
|--|--|
| Título: | Sumário Executivo do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alva e Mondego |
| Descrição: | Sumário dos principais elementos do desenvolvimento do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alva e Mondego, com a estratégia, definição das unidades de gestão da paisagem e o modelo territorial para um novo desenho da paisagem |
| Data / Versão: | Setembro 2023 |
| Coordenação Institucional | Direção-Geral do Território |
| Desenvolvimento e produção: | Geo XXI, Lda. |
| Coordenador Técnico e Científico: | Paulo Manuel Reis Geógrafo Físico (IGOT-UL); Pós-graduação em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental (FCT-UNL), em Planeamento Regional e Urbano (ISA-UTL) e em SIG (IFQ); Doutorando em Planeamento e Desenvolvimento do Espaço Rural à Escala Municipal (IGOT) |
| Coordenador adjunto: | Leandro Gabriel Geógrafo; com licenciatura em Geografia e mestrado em SIG e Modelação Territorial aplicados ao Ordenamento (IGOT-UL) Elisabete Reis Educadora Social (IPL), com pós-graduação em Economia Social (FE-UC) |
| Colaboração: | Ana Vigarinho Jurista, com licenciatura em Direito (UCL) Catarina Sim Sim Engenheira Zootécnica, com licenciatura em Engenharia Zootécnica (UÉvora) e pós-graduação em Produção Integrada (IPB) Cláudia Costa Geógrafa; com licenciatura em geografia (FLUL), pós-Graduação em SIG e Metodologias para Aquisição de Informação (UA); e mestrado em Ciência e SIG (ISEGI-UNL) David Cruz Geógrafo, com licenciatura em Geografia e Planeamento Regional, e mestrado em Gestão do Território (FCSH-UNL), Doutorando em Sociologia (ICS-ULisboa). Emanuel Baptista Urbanista; com licenciatura em Planeamento e Gestão do Território (IGOT-UL) Francisco Madeiras Geógrafo; com licenciatura em Geografia e Planeamento Regional (FCSH-UNL) e mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo (IGOT-UL) Mariana Costa Engenheira Agronómica com licenciatura e mestrado em Engenharia Agronómica (ISA) Oriêncio Pereira Engenheiro Florestal, Licenciado em Engenharia Florestal com Bacharel em Engenharia dos Recursos Florestais (ESACB) Otilia Magalhães Geógrafa; com licenciatura em Geografia e Planeamento – ramo Desenvolvimento e Ambiente (UM) Rita Fael Teles Arquiteta Paisagista; com licenciatura em Arquitetura Paisagista (UÉvora) Rui Pereira Arquiteto; com mestrado em Arquitetura (EAUM) Sara Ribeiro Bióloga; com mestrado em Biologia da Conservação (UÉvora) Soraia Romão Engenheira Geóloga; com licenciatura em Meteorologia, Oceanografia e Geofísica (UA) e mestrado em Engenharia Geológica (UA). Doutoranda em Ciências do Mar (FC-ULisboa) Valter Albino Geógrafo Físico (IGOT-UL), com pós-graduação em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental (FCT-UNL) e mestrado em Geografia Física e Ordenamento do Território (IGOT-UL) |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Enquadramento territorial | 4 |
| Figura 2 – Esquema metodológico | 5 |
| Figura 3 – Unidades de Gestão da Paisagem..... | 13 |
| Figura 4 – Desenho da paisagem proposta | 15 |
| Figura 5 – Matriz de transição e valorização da nova paisagem | 16 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Calendário dos Grupos focais e trabalho de campo | 6 |
| Quadro 2 – Oportunidades de desenvolvimento e motores da transformação..... | 8 |
| Quadro 3 – Aspetos fundamentais a considerar no desenho da paisagem..... | 14 |
| Quadro 4 – Programa de execução..... | 17 |
| Quadro 5 – Entidades com intervenção direta no PRGP-AM | 18 |
| Quadro 6 – Ações prioritárias e complementares | 19 |

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alva e Mondego (PRGP-AM), que faz parte do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), tem como principal objetivo reduzir as vulnerabilidades aos incêndios nesse território predominantemente florestal. Abrangendo parte do distrito e sub-região de Coimbra, confrontando-se com as sub-regiões das Beiras e Serra da Estrela e Viseu Dão Lafões, o PRGP-AM procura promover um modelo de ocupação agrícola e florestal multifuncional, biodiverso e resiliente. Com uma área de cerca de 49.000 ha, abrange trinta e uma freguesias em três concelhos: Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua. A proposta de limite ultrapassa o disposto no PTP, incluindo territórios adicionais devido à sua relevância biofísica e operacional.

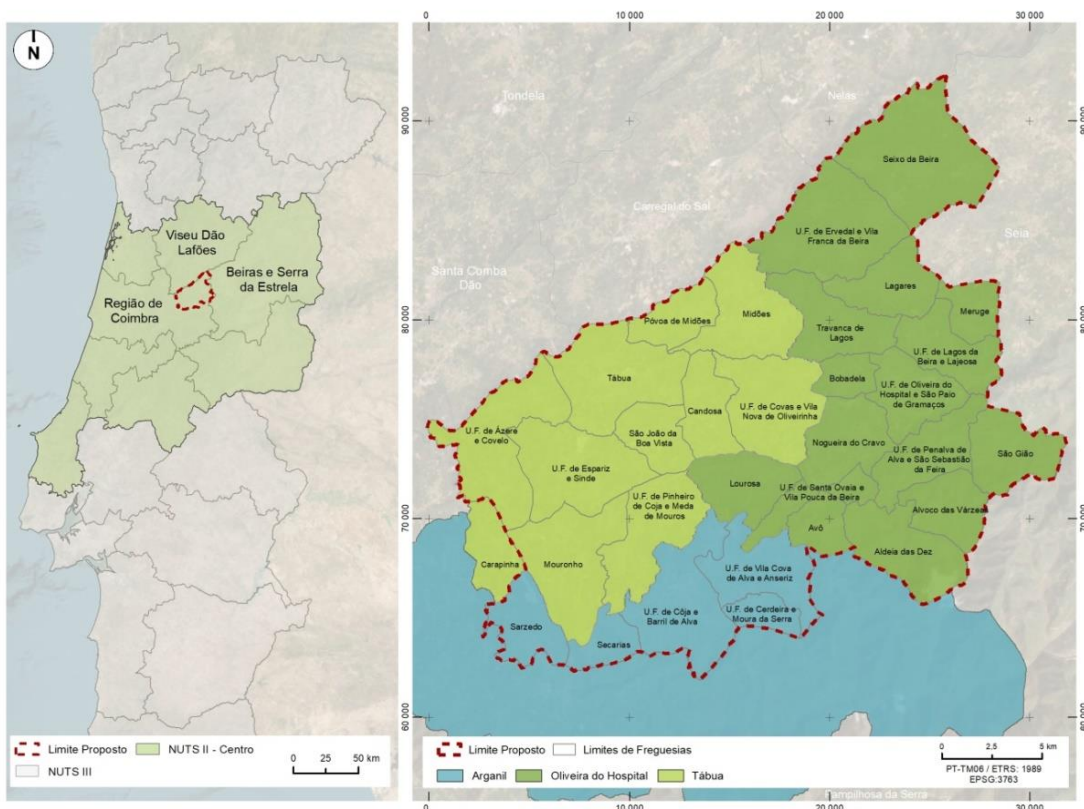


Figura 1 – Enquadramento territorial

O Relatório do Programa corresponde aos principais desenvolvimentos da terceira fase metodológica do PRGP-AM, contendo a estratégia de desenvolvimento do programa, incluindo a visão, objetivos estratégicos, matriz estruturante do território, proposta de PRGP, matriz de transição e valorização do novo desenho de paisagem, plano de ação e programa de monitorização e avaliação.

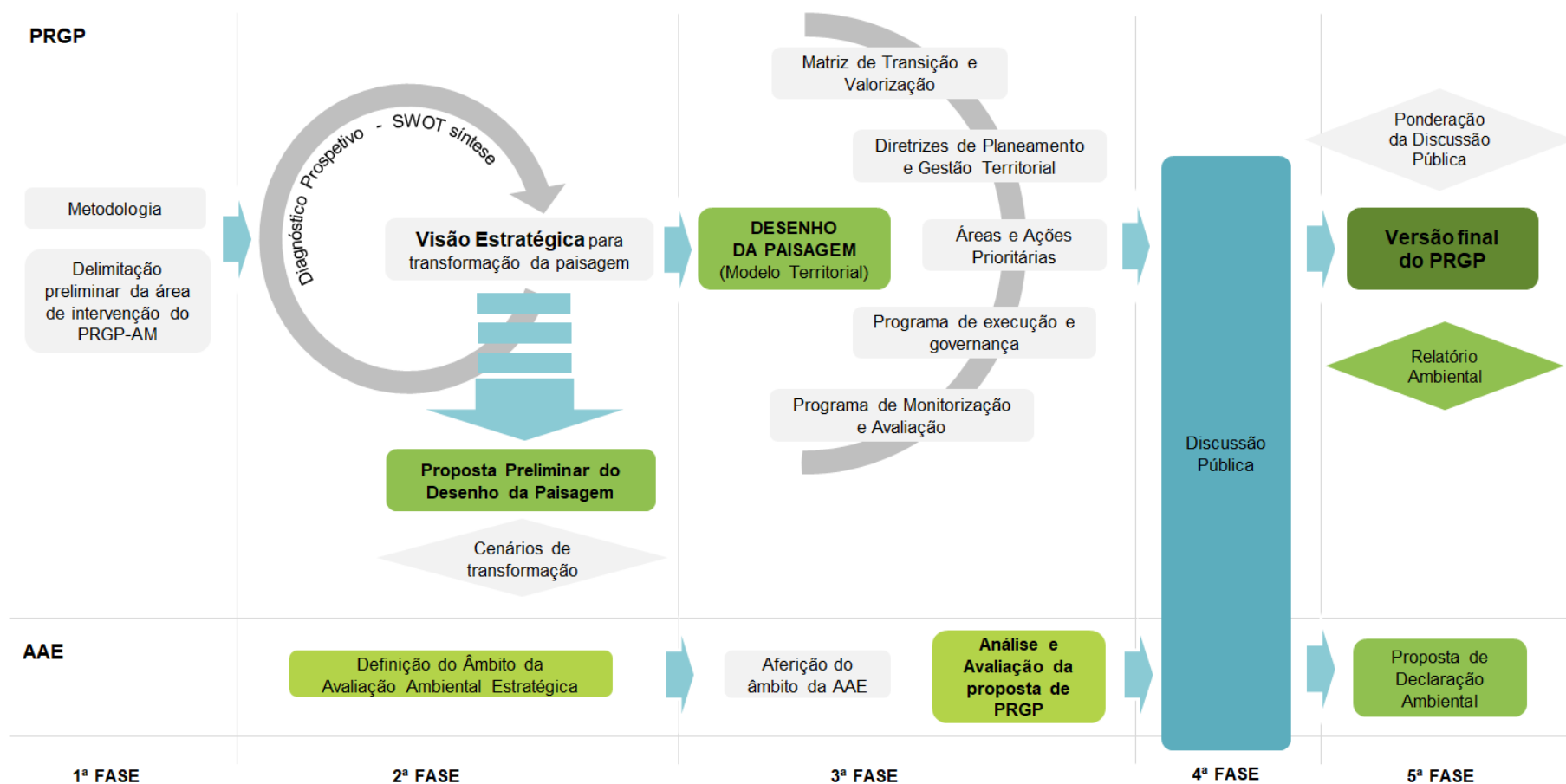


Figura 2 – Esquema metodológico

A abordagem metodológica utilizada no relatório segue alguns princípios técnicos de trabalho. Essa abordagem é estrategicamente integrada, baseada em um modelo de evolução sustentável que abrange os domínios do ordenamento e desenvolvimento rural, ambiental, socioeconómico e governança. O processo inclui a participação ativa de entidades responsáveis pela gestão florestal e desenvolvimento municipal, bem como da população em geral, por meio de discussões, reflexões, compartilhamento de conhecimentos e divulgação de propostas.

Quadro 1 – Calendário dos Grupos focais e trabalho de campo

| Data | Metodologia | Entidades |
|------------------------|--|---|
| 31 janeiro (manhã) | Grupo focal <i>Painel Autárquico</i> | • Vereação, GTF, Proteção Civil - Tábua |
| | | • Presidentes das Juntas de Freguesia - Tábua |
| 31 janeiro (tarde) | | • Vereação, GTF, Proteção Civil - Arganil |
| | | • Presidentes das Juntas de Freguesia - Arganil |
| 1 fevereiro (manhã) | | • Vereação, GTF, Proteção Civil - Oliveira do Hospital |
| | | • Presidentes das Juntas de Freguesia - Oliveira do Hospital |
| 7 de março | Trabalho de Campo | • São João da Boavista (Tábua) |
| 9 de março | Grupo focal <i>Painel Florestal</i> | • Biond • ANEFA • CAULE |
| 14 de março (manhã) | Trabalho de Campo | • União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz (Arganil) • Freguesia de Mouronho (Tábua) |
| 14 de março (tarde) | | • Freguesia de Mouronho (Tábua) • União de Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros |
| 15 de março (manhã) | | • Freguesia de Seixo da Beira (Oliveira do Hospital) |
| 15 de março (tarde) | | • Freguesia de Alvoco das Várzeas (Oliveira do Hospital) |
| 16 de março | Entrevista <i>Painel Inovação</i> | • Escola Superior Agrária do Politécnico de Coimbra |
| | Grupo focal <i>Painel Institucional</i> | • ARH/APA • CCDR-C • DRAP-C • GTF da CIM-RC |
| | Grupo focal <i>Painel Cooperativo</i> | • Cooperativa Beira Central • Adega Cooperativa Ervedal da Beira • Confederação Nacional da Agricultura |
| 20 de março | Entrevista <i>Painel Ambiental</i> | • Centro Pinus |

NOTAS: As fichas com as anotações e principais comentários dos encontros encontram-se no anexo do diagnóstico

O relatório segue uma sequência geral proposta pela Direção-Geral do Território (DGT) e inclui cinco fases principais que culminam com a publicação do conteúdo principal do PRGP pelo Governo da República, através de uma Resolução do Conselho de Ministros. A elaboração deste relatório de proposta do PRGP é acompanhada pelo relatório do Diagnóstico prospetivo, bem como pelo Relatório de Avaliação Ambiental e elaboração do programa de monitorização e avaliação.

Para a sua elaboração, foi estabelecido um processo participativo, que envolveu a consulta a diversos atores e instituições, como apresentado no quadro anterior, dividido em quatro fases principais, das quais as três primeiras já foram concluídas e a quarta corresponde à situação atual do programa:

- Fase 1: Recolha de documentos e definição da metodologia adotada.
- Fase 2: Diagnóstico, com grupos focais, visitas de campo e painéis temáticos.
- Fase 3: Desenvolvimento do desenho da paisagem, incluindo sessões de trabalho com técnicos municipais e outros atores relevantes.
- Fase 4: Discussão pública, visando a validação e aperfeiçoamento das propostas de ordenamento e gestão da paisagem com a comunidade local.

A primeira parte do trabalho foi dedicada à elaboração de um **diagnóstico prospetivo** onde foram identificadas as principais problemáticas, limitações e potencialidades territoriais. Entre os principais aspetos que fundamentam o quadro atual existente, destacam-se os seguintes:

Recursos sociodemográficos: o despovoamento e o envelhecimento estrutural são um dos principais desafios que este território rural de baixa densidade enfrenta. A falta de mão-de-obra em idade ativa dificulta o desenvolvimento das atividades agrícolas e turísticas, resultando em limitações económicas.

Ambiente e perigos naturais: o abandono de áreas agrícolas e florestais aumenta a vulnerabilidade aos incêndios rurais, ameaçando a biodiversidade e os serviços ecossistémicos. Identificam-se também problemas como a qualidade da água e a ocupação inadequada das margens dos cursos de água, que exigem a revisão das políticas e estratégias de desenvolvimento em resposta às alterações climáticas.

Património rural e paisagem: o abandono das culturas tradicionais e a introdução desordenada de espécies exóticas prejudicam a paisagem e o património rural. A estrutura de minifúndio dificulta a gestão do solo, resultando em subaproveitamento do património natural. No entanto, a região possui um alto potencial turístico devido às suas aldeias de xisto, trilhos e produtos regionais, como queijo, vinho e mel, oferecendo oportunidades económicas específicas.

Emprego e empreendedorismo de base rural: a falta de emprego e iniciativas empreendedoras ligadas a projetos agroindustriais é um problema de base, agravado pela escassez de políticas estruturantes que revertam o quadro atual. A escassez de dinâmicas e de iniciativas de promoção e comercialização de produtos endógenos contribui para a perda de oportunidades de desenvolvimento nas comunidades rurais.

Recursos florestais: o abandono rural leva ao desaparecimento do mosaico agroflorestal, aumentando o risco de incêndios devido à predominância de eucaliptos e matos sem gestão adequada. A redução das áreas de floresta autóctone e a falta de ações de prevenção de incêndios são problemas significativos. A definição do risco de incêndio estrutural proposto pelo ICNF pode afetar o licenciamento de novas habitações e projetos agropecuários e turísticos, podendo ter um efeito pernicioso sobre o desenvolvimento rural. Refira-se também que este risco de incêndio estrutural também condiciona a realização de eventos e atividades em espaço rural.

Governança: a análise revela défices na governança do espaço agroflorestal, com escassez de envolvimento dos órgãos locais nas ações de prevenção e combate a incêndios. A escassez de recursos humanos e técnicos e a desarticulação entre os órgãos envolvidos mostram ineficácia na gestão florestal. No entanto, há potencial para desconcentrar serviços e descentralizar competências e recursos nomeadamente para as freguesias e comunidades, visando uma maior eficiência na defesa da floresta e no desenvolvimento rural.

Não obstante as problemáticas identificadas, reconhece-se que este território do PRGP-AM e cada município em particular têm um potencial ou capital específico que é determinado por uma série de fatores. Podem ser questões próprias da sua geografia, do clima, recursos naturais e paisagísticos, de aspetos relacionados com as suas gentes, práticas e tradições, com a economia local como a existência de infraestruturas, incubadoras, áreas industriais, redes empresariais, entre muitos outros fatores.

Quadro 2 – Oportunidades de desenvolvimento e motores da transformação



→ Território e acessibilidades

- Contexto geográfico favorável e proximidade de importantes infraestruturas e capitais de Distrito;
- Conclusão de eixo rodoviário de ligação deste território a outros núcleos populacionais importantes;



→ Meio biofísico e serviços ecossistémicos

- Presença de dois importantes rios e bacias (Alva e Mondego) com os seus vales imponentes e toda a biodiversidade associada;
- Culturas tradicionais que se encontram bem adaptadas condições edafoclimáticas;

- Corredores no alinhamento do rio Alva e Mondego com grande potencial para diversificação do mosaico e fomento da biodiversidade;



→ Património rural e paisagem

- Presença de um vasto património natural e cultural, gastronómico e etnográfico, associado a diversos símbolos rurais e estruturas da paisagem, como os muros de pedra seca, sistemas de rega tradicional, sistema de socalcos, formas de agricultura tradicional ou de subsistência e a pastorícia, assim como os produtos agroalimentares que derivam destas práticas e tradições;
- Valorização do Sítio da Rede Natura 2000 “Carregal do Sal” que atravessa o setor norte de Oliveira do Hospital;
- Produtos de importância nacional, como é o caso do Queijo Serra da Estrela permite a manutenção de uma identidade e cultura associativa;
- Instrumentos importantes de valorização do património rural e natural, com são o caso das Aldeias de Xisto e Aldeias de Montanha, o Parque Natural e Geopark Serra da Estrela;
- Valorização do turismo da natureza e aventura e oportunidade para desenvolver um turismo mais sustentável, ecológico, inteligente e acessível, aproveitando também sinergias com as ações e dinamização de parques próximos como o geopark da Serra da Estrela, área da paisagem protegida da Serra do Açor, mata da Margaraça (Arganil)



→ Recursos sociodemográficos

- A existência de terrenos disponíveis pode servir de estímulo á fixação de jovens agricultores, tirando proveito de instrumentos de apoio nomeadamente do PEPAC 2030 e dos Instrumentos para a valorização do interior e da coesão territorial;
- Instituições de ensino superior e formação profissional que podem melhorar as competências dos recursos humanos para o empreendedorismo rural



→ Emprego e empreendedorismo de base rural

- Algumas atividades agrícolas tradicionais bem implementadas e com boa capacidade de se tornarem atrativos turísticos e económicos;
- Feiras e eventos de promoção e comercialização dos produtos regionais, destacando-se a feira do queijo que podem ser potencializadas e descentralizadas;
- Associações e de instituições de ensino profissional e universitário que podem melhorar o apoio ao empreendedorismo;
- Associações, cooperativas e de produtores agroindustriais locais que podem dinamizar os mercados locais e as vendas diretas;
- Recursos biofísicos e paisagísticos com capacidade de potenciar o desenvolvimento de vários produtos e serviços turísticos como são exemplo as praias fluviais, percursos pedestres, rotas de BTT, entre outros



→ Recursos florestais

- O potencial florestal poderá ser incrementado através de instrumentos de ordenamento florestal e paisagístico, nomeadamente associados ao PRGP e AIGP e dos apoios dados pelo PRR e PEPAC 2030;
- Empresas transformadoras de madeira podem facilitar a instalação de um modelo económico associada à valorização dos biorresíduos;
- A cultura local instalada cria condições para o incremento da silvopastorícia;
- O Cadastro em Oliveira do Hospital, e o Cadastro Simplificado que se encontra em curso em Tabua e Arganil, tornará mais facilitada a operacionalização de instrumentos de ordenamento e desenvolvimento rural;
- As possibilidades conferidas pelo quadro legal tornam mais facilitada a desconcentração de recursos e meios para as freguesias (Reis & Gabriel, 2021)



→ Governança

- Possibilidades de desconcentração de serviços e competências na gestão florestal para as Juntas de freguesias e associações locais;
- A existência de associações locais interessadas no desenvolvimento agroflorestal facilitam a criação de um novo quadro de governança que pode ser estimulado pelo PRGP e AIGP

Tendo por base o diagnóstico traçado e os desafios que se colocam, foi definida uma **estratégia de desenvolvimento** que pretende reverter o quadro de vulnerabilidade existente através de uma mudança da paisagem e da criação de novas oportunidades de empreendedorismo na economia de base rural. Com esse propósito, estabeleceu-se a seguinte a visão para o programa:

A paisagem será transformada num território sustentável, que valoriza os recursos endógenos. A floresta será resiliente, limpa e ordenada, em mosaicos articulados com uma atividade agrícola, que é dinâmica e constitui a base do empreendedorismo local. A economia estará em simbiose com o ativo social, ambiental e organizativo, criando um ecossistema equilibrado e próspero, num quadro de sustentabilidade e em harmonia com a natureza.

Para além da visão, fazem parte da estratégia o estabelecimento de uma missão e de metas de desenvolvimento, objetivos estratégicos e um programa de ação.

Neste sentido, o PRGP-AM estabelece como Missão:

Desenvolver políticas e ações de transformação da paisagem agro-florestal e de proteção da biodiversidade tendo em vista diminuir a suscetibilidade ao fogo,

aumentar a resiliência dos ecossistemas e comunidades, promovendo uma ocupação sustentável e viável economicamente, envolvendo as comunidades e atores locais.

Isto significa que se pretende, no prazo de 20 anos, que sejam alcançadas importantes metas em quatro domínios de intervenção: Dinamização da economia rural, Vulnerabilidade do território aos incêndios, Valorização do capital natural e serviços de ecossistemas, e Governança, onde se destaca o objetivo associado a dois indicadores relativos aos incêndios rurais: por um lado a diminuição em 75% da área ardida por fogos superiores a 500 ha e a redução de 25% da área classificada como alta e muito alta perigosidade de fogo rural.

Em termos gerais, a proposta procura, por um lado, preservar a identidade, promover a sustentabilidade, o ordenamento, a prevenção e a segurança, e, por outro lado, aproveitar competitivamente os recursos e oportunidades naturais e culturais, visando a qualidade de vida da população. Esta estratégia foi baseada em métodos participativos, incorporando os contributos das partes interessadas na definição e implementação do programa.

Partindo do conhecimento de base sobre as principais características que marcam o território do PRGP-AM, a identificação de **unidades de gestão da paisagem** (UGP) obriga ao reconhecimento das suas especificidades territoriais decorrente da etapa analítica do contexto paisagístico e das questões de gestão do território a que o novo desenho da paisagem deve atender, sejam elas de natureza ambiental, económicas e até de diminuição de riscos naturais.

A área de intervenção do PRGP-AM pode ser enquadrada numa grande unidade que podemos designar por planalto do Alva-Mondego que apresenta características culturais e identitárias próprias e distintas e que por isso pode e deve ser alvo de uma gestão comum intermunicipal, conforme é proposto para algumas ações de seguimento dentro do Programa de Execução e Governança. Apesar disso, numa análise mais pormenorizada tendo em conta a vulnerabilidade aos incêndios e definição de áreas e ações prioritárias para a sua redução, podemos dividir esta área nas quatro Unidades de Gestão da Paisagem identificadas, que apresentam as seguintes características principais:

UGP1 – Vale do Mondego: unidade que corresponde à margem esquerda do vale do rio Mondego. Exceto no fundo de vale, trata-se de uma área onde predominam declives fortes a muito fortes, com aptidão agrícola muito exígua, onde ocorrem pontualmente muros e socacos agrícolas que devem ser preservados e valorizados. Releva-se nesta UGP o corredor ribeirinho e galeria ripícola associada que deve ser preservada e melhorada também corredor ecológico, onde pontualmente apresenta potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer. Atendendo à sua localização e características associadas, esta UGP deve ser definida

como uma área estratégica de gestão de combustíveis, bem como para a concretização de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem.

UGP2 – Plataforma do Mondego: Trata-se da unidade mais representativa da área de intervenção do PRGP-AM. Situa-se na área central e caracteriza-se por ser uma grande área aplanada que se estabelece entre o vale do Alva e o Vale do Mondego. Predomina uma morfologia com declives mais suaves e moderados e com solos mais profundos. Por isso é aquela que apresenta maior aptidão agrícola, apesar de ser frequente a ocupação florestal e o abandono agrícola, que se encontra muito associado à problemática do minifúndio de escassez de infraestruturação rural.

UGP3 – Alto Alva: Unidade que corresponde à parte mais a montante do vale do rio Alva e seus afluentes (sobretudo a Ribeira de Alvoco). Trata-se de uma área de grande vulnerabilidade aos incêndios devido ao predomínio de matos e floresta sem gestão, que é agravada por se enquadrar em relevos com fortes declives e com uma rede de caminhos florestais exígua e com problemas de manutenção. As áreas com potencial agrícola são escassas e restringem-se, grosso modo, ao fundo dos vales dos principais cursos de água, que podem servir de alavancagem para a reestruturação agrícola desta área. Todo o vale e sobretudo a vertente da margem esquerda do Alva apresentam um potencial paisagístico e florístico com importância para a conservação, pelo que será de ponderar a sua classificação como área de paisagem protegida, eventualmente com ligação ao Parque da Serra da Estrela. Atendendo à sua localização e características associadas, esta UGP, tal como a UGP4, deve ser definida como uma área estratégica de gestão de combustíveis prioritária, bem como para a concretização de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e implementação de condomínios de aldeia.

UGP4 – Baixo Alva: Unidade que corresponde à parte mais a jusante do vale do rio Alva e seus afluentes. Apesar de aqui também predominarem os declives fortes a muito fortes, por se situar numa parte onde as altitudes são mais baixas, o relevo é aqui menos escarpado do que a UGP3. Apesar do risco elevado de incêndio, devido à morfologia e ao predomínio de matos e floresta desordenada, identificam-se povoamentos florestais de eucaliptos com dimensão e gestão que poder servir de modelo para novas instalações. Tal como em outras áreas, identificou-se a construção de moradias isoladas em áreas florestais, em muitos casos por parte de população estrangeira, cujo risco perante os incêndios rurais merece um cuidado especial. Tal como a UGP3, predominam numerosas aldeias tradicionais, muitas já classificadas como aldeias de Xisto e aldeias de montanha que devem ser conservadas e potencializadas, por um lado, reforçando o desenvolvimento do turístico de cultura e natureza. Por outro revitalizando a atividade agrícola nas áreas mais próximas dos aglomerados rurais e com maior potencial, incluindo a recuperação dos socalcos existentes. Espera-se que estas medidas

direcionadas ao desenvolvimento agrário, comércio e serviços possam surtir um efeito positivo na revalorização das aldeias e na redução da sua vulnerabilidade aos incêndios. Estas ações propostas serão pormenorizadas no programa de execução e governança.

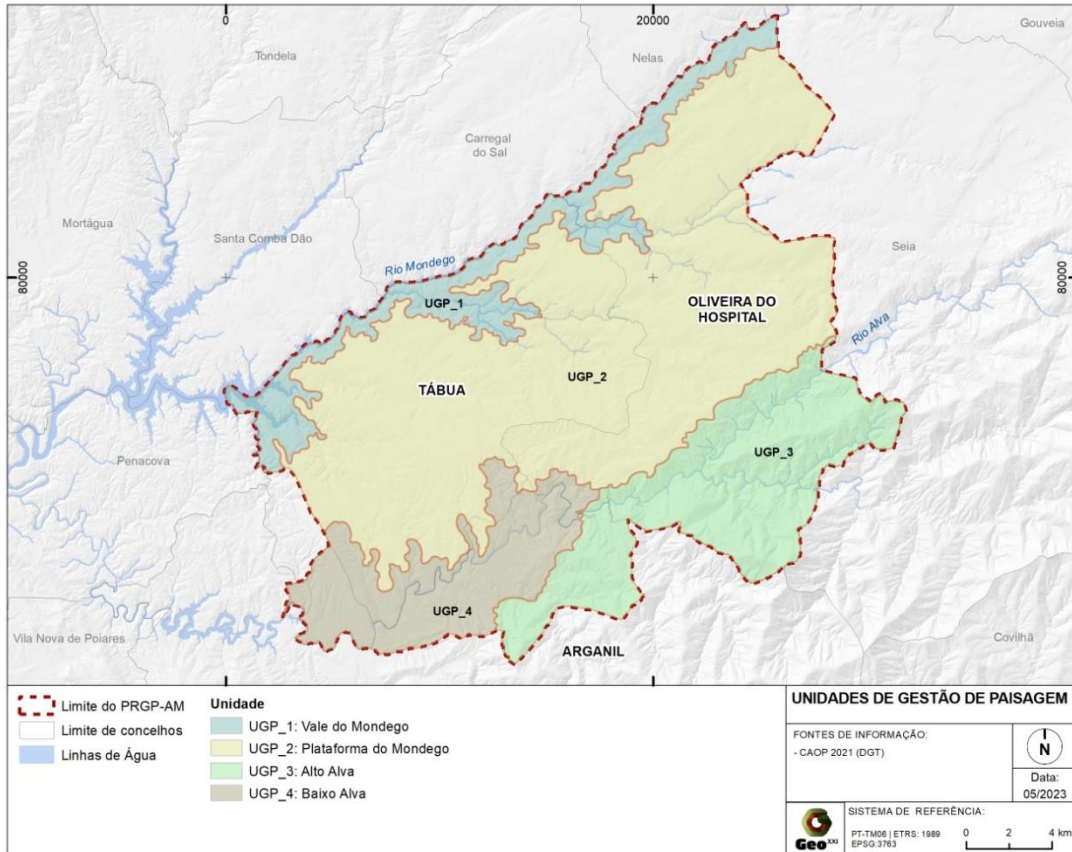


Figura 3 – Unidades de Gestão da Paisagem

Dentro do conteúdo principal da proposta, destacam-se o novo desenho da paisagem e a sua matriz de transição e valorização, assim como o plano de execução e governança.

A definição de um desenho de paisagem desejável decorre obrigatoriamente da relação ponderada entre diferentes fatores/variáveis já referidos anteriormente, nomeadamente no que diz respeito aos vários recursos biofísicos, paisagísticos e do património rural, socioeconómicos e resiliência aos incêndios.

Neste sentido, a proposta desse desenho da paisagem conjuga distintas situações que advêm do diagnóstico e do processo participativo:

Quadro 3 – Aspetos fundamentais a considerar no desenho da paisagem

| | |
|------------------------------------|---|
| Aspetos que devem permanecer | <ul style="list-style-type: none">• Aglomerados rurais;• Cursos de água e albufeiras existentes• Rede viária e espaços associados;• Estruturas de apoio à atividade agrícola;• Áreas de desenvolvimento de outras atividades económicas; |
| Ocupação e uso do solo a manter | <ul style="list-style-type: none">• Terrenos agricultados;• Floresta de conservação (áreas de castanheiros, carvalhos, sobreiros, etc.)• Espaços naturais;• Projetos de empreendedorismo rural;• Pastagens biodiversa com atividade silvopastoril; |
| Território a reconverter/reordenar | <ul style="list-style-type: none">• Áreas ardidias;• Grande extensão de plantações monoespécies (monoculturas);• Áreas de extensão de invasoras desordenadas; |
| Necessidades | <ul style="list-style-type: none">• Instalação de faixas de combustível;• Áreas de medidas programáticas específicas (AIGP, CA, etc.)• Proteção da biodiversidade e do património cultural;• Restauro das galerias ripícolas;• Valorização ecológica e económica; |

O desenho da paisagem está orientado para representação macro de classes de uso principais (que farão mais sentido tendo em consideração a escala sub-regional estratégica deste documento). Esta identificação procura garantir a conservação do património natural, nomeadamente a biodiversidade e geodiversidade. Ainda assim, é crucial ter em conta que as especificidades dos lugares quando se intervém à escala local, poderão diferir das representações identificadas, pelo que se poderão sempre considerar soluções distintas da proposta, desde que devidamente justificadas.

Com efeito, destacam-se no desenho as três principais componentes: as macroestruturas, os macrossistemas e os elementos singulares da paisagem., subdivididas nos principais temas da estrutura da paisagem.

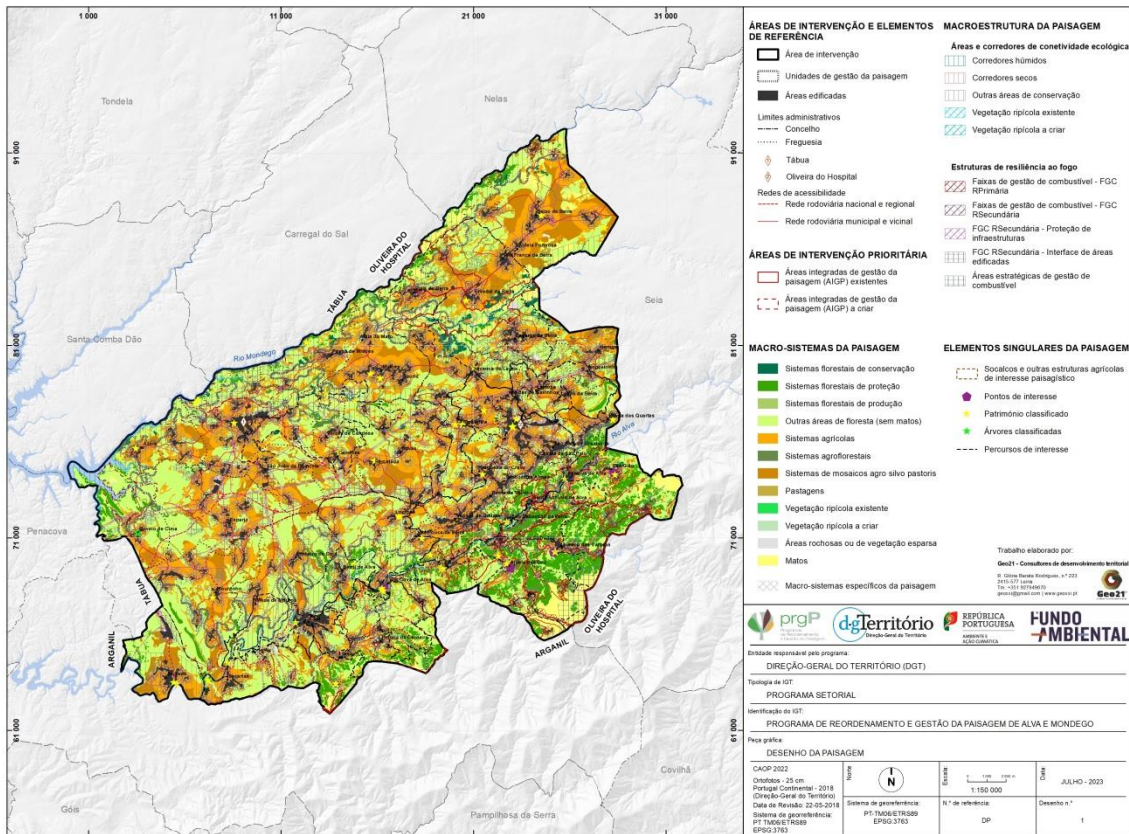


Figura 4 – Desenho da paisagem proposta

(Nota: ver melhor resolução em anexo fora do texto)

A **matriz de transição e valorização** identifica as medidas de base territorial associadas ao novo desenho da paisagem por UGP, destacando dentro destas as áreas e ações prioritárias que são estruturantes no âmbito do PRGP-AM. Estas áreas e ações integram o plano de ação para a efetiva transformação da paisagem, destacando-se como prioridades, por exemplo, a execução de faixas de gestão de combustível, em toda a área de intervenção mas sobretudo em trono dos aglomerados urbanos, o restauro e valorização das galerias ripícolas, o estabelecimento de áreas agrícolas prioritárias, a conservação de áreas florestais relevantes, bem como a preservação de solos com valor ecológico por intermédio de ocupações mais adaptadas às condições edafo-morfológicas.

Neste sentido, a figura seguinte ilustra as principais transformações dos sistemas produtivo, de conservação e social do PRGP-AM, em cada UGP, constituindo as principais áreas de foco da transformação desejada e, por isso, de transição da atual ocupação do solo existente para uma nova ocupação ajustada aos objetivos de diminuição da vulnerabilidade aos incêndios rurais e de fomento de um melhor desenvolvimento rural.

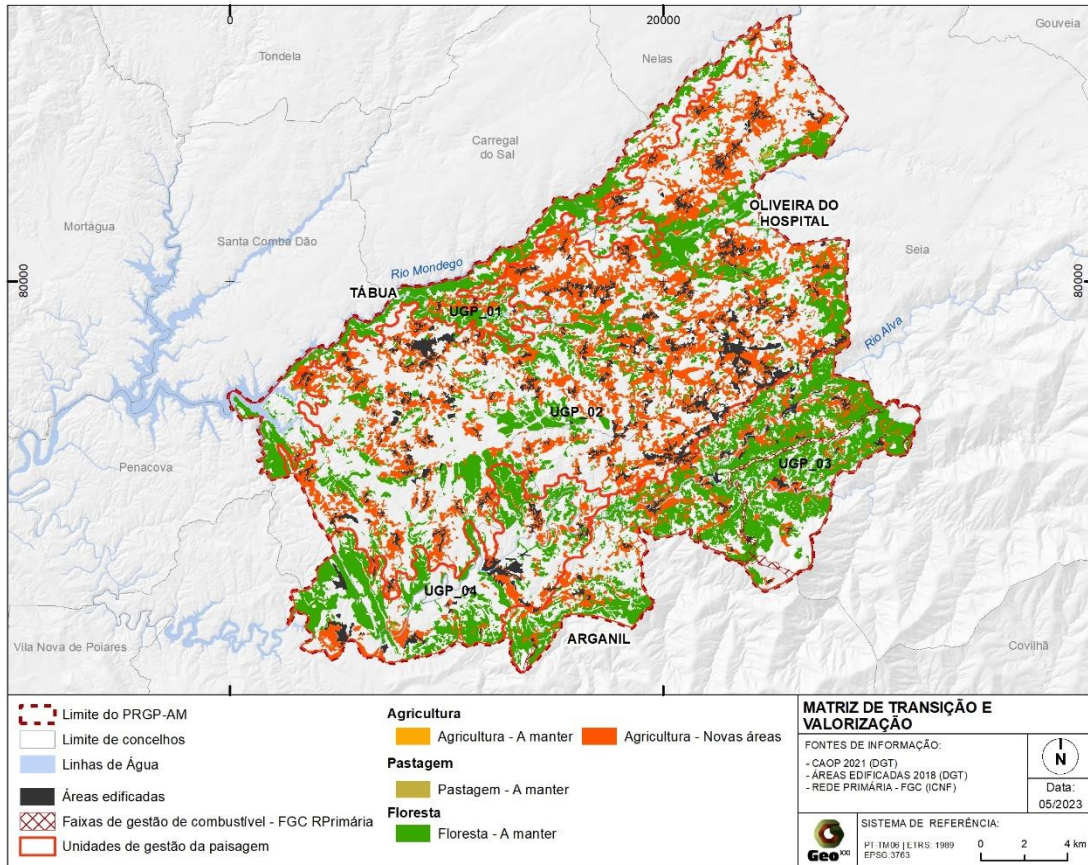


Figura 5 – Matriz de transição e valorização da nova paisagem

A matriz de transição e valorização do novo desenho de paisagem parte de uma proposta de maximização das aptidões do solo para o alcance da paisagem desejável. Esta paisagem, que se encontra traduzida através de uma matriz de transformação e espacializada através do modelo de ocupação proposto, encontra-se quantificada em cerca de 24.000.000€, correspondendo cerca de 19 milhões de euros a investimentos e 4 milhões de euros a remuneração dos serviços de ecossistemas.

Esta matriz teve em conta, por um lado, as quatro Unidades de Gestão da Paisagem definidas, que retratam as diferentes especificidades territoriais dentro da área de intervenção. Por outro lado, considerou-se um cenário de desenvolvimento desejado baseado numa intervenção proactiva num quadro de governança partilhada, onde interagem de forma vertical e horizontal todas as partes interessadas na transformação da paisagem.

O **Programa de Execução e Governança** apresentam os elementos-chave para a implementação deste instrumento, incluindo um plano de ação de 10 anos com a identificação das ações prioritárias, custos e programação de execução.

Quadro 4 – Programa de execução

| Ações Prioritárias e complementares | | area / und. | INV | MRSE | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | 2033 |
|---|-----------------|-------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| P01: Faixas de gestão de combustível da Rede Primária | INV | 423,27 | 376 712,21 € | - | 125 570,74 € | 125 570,74 € | 125 570,74 € | - | - | - | - | - | - | - |
| P02: Interface de Áreas Edificadas | INV | 9919,82 | 3 967 928,00 € | - | 1 322 642,67 € | 1 322 642,67 € | 1 322 642,67 € | - | - | - | - | - | - | - |
| P03: Execução de ações de restauro das galerias ripícolas | INV Plantação | 163,45 | 899 804,77 € | - | 299 934,92 € | 299 934,92 € | 299 934,92 € | - | - | - | - | - | - | - |
| | INV Manutenção | | 98 071,36 € | - | 32 690,45 € | 32 690,45 € | 32 690,45 € | - | - | - | - | - | - | - |
| | MRSE | | - | 68 649,95 € | - | 2 059,50 € | 4 119,00 € | 8 924,49 € | 8 924,49 € | 8 924,49 € | 8 924,49 € | 8 924,49 € | 8 924,49 € | 8 924,49 € |
| P04: Execução de ações de valorização das galerias ripícolas | INV Valorização | 69,59 | 259 932,35 € | - | 86 644,12 € | 86 644,12 € | 86 644,12 € | - | - | - | - | - | - | - |
| | INV Manutenção | | 41 756,20 € | - | 13 918,73 € | 13 918,73 € | 13 918,73 € | - | - | - | - | - | - | - |
| | MRSE | | - | 29 229,34 € | - | 876,88 € | 1 753,76 € | 3 799,81 € | 3 799,81 € | 3 799,81 € | 3 799,81 € | 3 799,81 € | 3 799,81 € | 3 799,81 € |
| P05: Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (3 AIGP) | INV Projeto | 2126,38 | 105 000,00 € | - | 105 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | INV floresta | 1063,19 | 1 063 190,00 € | - | - | 531 595,00 € | 531 595,00 € | - | - | - | - | - | - | - |
| | INV agrícola | | 1 594 785,00 € | - | - | 797 392,50 € | 797 392,50 € | - | - | - | - | - | - | - |
| P06: Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível | INV | 2494,03 | 1 995 220,55 € | - | 665 073,52 € | 665 073,52 € | 665 073,52 € | - | - | - | - | - | - | - |
| | MRSE | - | - | 1 047 490,79 € | - | 31 424,72 € | 62 849,45 € | 136 173,80 € | 136 173,80 € | 136 173,80 € | 136 173,80 € | 136 173,80 € | 136 173,80 € | 136 173,80 € |
| P08: Mosaicos agro-silvopastoril | INV | 3805,31 | 4 756 637,50 € | - | 1 585 545,83 € | 1 585 545,83 € | 1 585 545,83 € | - | - | - | - | - | - | - |
| | MRSE | - | - | 1 598 230,20 € | - | 47 946,91 € | 95 893,81 € | 207 769,93 € | 207 769,93 € | 207 769,93 € | 207 769,93 € | 207 769,93 € | 207 769,93 € | 207 769,93 € |
| P08: Macrossistemas específicos da paisagem | INV | 3249,30 | 4061625,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | MRSE | | - | 1 364 706,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C01: Projeto de valorização dos rios Alva e Mondego e suas galerias ripícolas | INV | 1,00 | 75 000,00 € | - | 75 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C02: Plano de desenvolvimento rural integrado do Alva-Mondego | INV | 1,00 | 65 000,00 € | - | 65 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C03: Agência de desenvolvimento e empreendedorismo rural Alva-Mondego | INV | 1,00 | 100 000,00 € | - | 100 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C04: Estudo para a criação de uma "Área de Paisagem Protegida" de Alvoco – Açor | INV | 1,00 | 60 000,00 € | - | 60 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C05: Programa de rede de ecovias do Alva-Mondego | INV | 1,00 | 30 000,00 € | - | - | 30 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C06: Plano de desenvolvimento turístico do Planalto Alva-Mondego | INV | 1,00 | 50 000,00 € | - | - | 50 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C07: Plano para Infraestruturação rural do Planalto Alva-Mondego | INV | 1,00 | 55 000,00 € | - | 55 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C08: Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira do Leite e do Queijo | INV | 1,00 | 30 000,00 € | - | - | 30 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C09: Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira da Pêra Passa | INV | 1,00 | 30 000,00 € | - | - | 30 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C10: Agenda para a economia circular do Planalto Alva-Mondego | INV | 1,00 | 30 000,00 € | - | - | 30 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C11: Plano de aproveitamento sustentável dos recursos energéticos | INV | 1,00 | 35 000,00 € | - | - | 35 000,00 € | - | - | - | - | - | - | - | - |

AÇÕES PRIORITÁRIAS TOTAL **19 220 662,95 €** **4 108 306,29 €**
 AÇÕES COMPLEMENTARES TOTAL 560 000,00 €

NOTA: INV: Investimento; MRSE: Manutenção de investimentos e remuneração dos serviços dos ecossistemas

Os investimentos são repartidos igualmente por 3 anos. O Pagamento dos serviços de ecossistemas inicia-se no ano após o 1º investimento.

Também são destacadas as fontes de financiamento disponíveis e as diretrizes de planeamento e gestão, incluindo orientações para os Planos Diretores Municipais e programas setoriais. Além disso, é apresentado um modelo de governança que define os aspetos organizacionais necessários para garantir a execução e operacionalidade das medidas propostas no novo desenho de paisagem, identificando-se as principais entidades com intervenção direta.

Quadro 5 – Entidades com intervenção direta no PRGP-AM

| Âmbito | Entidade |
|-----------------------|--|
| Administração central | DGT ICNF DRAP Centro ARH Centro, APA |
| | Câmara Municipal de Arganil Câmara Municipal de Oliveira do Hospital Câmara Municipal de Tábua Juntas de Freguesia: - Secarias, União das freguesias de Cerdeira e Moura da Serra; Sarzedo; União das freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz; União das freguesias de Côja e Barril de Alva (Arganil); - Aldeia das Dez; Avô; Alvoco das Várzeas; União das freguesias de Santa; Ovaia e Vila Pouca da Beira; Lourosa; São Gião; União das freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira; Nogueira do Cravo; Bobadela; União das freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços; União das freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa; Meruge; Travanca de Lagos; Lagares; União das freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira; Seixo da Beira (Oliveira do Hospital); - Mouronho; União das freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros; União das freguesias de Espariz e Sinde; São João da Boa Vista; União das freguesias de Ázere e Covelo; União das freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha; Candosa; Tábua; Póvoa de Midões; Midões (Tábua); CIM Região de Coimbra; |
| Administração local | |
| Atores locais | Entidades gestoras das ZIF Entidades gestoras das AIGP Grupos de Ação Local Associações locais Proprietários rurais |
| | |

Merece destaque, dentro das ações propostas consideradas prioritárias para a execução do programa, a inclusão de três novas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP); a criação de dez novos condomínios de aldeia inseridos em áreas vulneráveis, bem como o reforço das áreas estratégicas de gestão de combustíveis.

Quadro 6 – Ações prioritárias e complementares



→ Reforço da resiliência ao fogo e outros riscos

- P01: Faixas de gestão de combustível da Rede Primária *
- P02: Interface de Áreas Edificadas (Condomínios de Aldeia) *
- C01: Projeto de valorização dos rios Alva e Mondego e suas galerias ripícolas
- P03: Execução de ações de restauro das galerias ripícolas *
- P04: Execução de ações de valorização das galerias ripícolas *
- P05: Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) *



→ Revitalizar/criar mosaicos agrossilvopastoris e descontinuidades

- P06: Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível *
- P07: Mosaicos agroflorestais *
- P08: Macrossistemas específicos (interligações policêntricas Eco-Rurais)



→ Reforçar o empreendedorismo de base rural e criar de emprego

- C02: Plano de desenvolvimento rural integrado do Alva-Mondego
- C03: Agência de desenvolvimento e empreendedorismo rural Alva-Mondego



→ Valorizar o património rural e natural, turismo da natureza e aventura

- C04: Estudo para a criação de uma "Área de Paisagem Protegida" de Alvoco – Açor
- C05: Programa de rede de ecovias do Alva-Mondego
- C06: Plano de desenvolvimento turístico do Planalto Alva-Mondego
- C07: Plano para Infraestruturação rural do Planalto Alva-Mondego



→ Potenciar os produtos endógenos de qualidade e práticas tradicionais

- C08: Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira do Leite e do Queijo
- C09: Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira da Pera Passa
- C10: Agenda para a economia circular do Planalto Alva-Mondego
- C11: Plano de aproveitamento sustentável dos recursos energéticos

* ações prioritárias

Por último, apresenta-se o programa de monitorização e avaliação que visa estabelecer indicadores para acompanhar os resultados alcançados ao longo de 10 anos. O modelo de avaliação proposto envolve a medição dos *inputs* (recursos investidos), *outputs* (resultados das ações) e *outcomes/impactos* (efeitos das ações). Além disso, são estabelecidos indicadores de monitorização e avaliação para as quatro áreas temáticas principais, que estão alinhados com os objetivos estratégicos do programa.

Em síntese, o PRGP-AM propõe uma transformação da paisagem para um território mais sustentável, visando reduzir as vulnerabilidades aos incêndios. A estratégia procura promover um modelo multifuncional e resiliente de ocupação agrícola e florestal, ao mesmo tempo que se

criam novas oportunidades de emprego e empreendedorismo de base rural, tendo como objetivo o rejuvenescimento da população e a melhoria da qualidade de vida neste território.